

Redução na conta de luz sob ameaça

ENERGIA

Redução na conta de luz sob ameaça

Descontentes com indenizações, empresas podem não aderir à renovação de concessões do governo

JOANA COLUSSI

Principal instrumento do Plano para garantir redução de 16,2% na conta de luz das residências e de até 28% nas indústrias, a renovação das concessões no setor elétrico é incerta.

A duas semanas do fim do prazo, as concessionárias resistem a perdas que permitiriam a diminuição da tarifa, ameaçando o cumprimento da promessa da presidente Dilma Rousseff de baixar o custo da eletricidade.

Para o governo, o corte é estratégico: só a queda de 16% nas tarifas residenciais reduziria 1,2 ponto percentual na inflação – crucial para absorver o reajuste de combustíveis exigido pela Petrobras. Na indústria, baixaria o custo de produtos finais e elevaria a competitividade.

– Pagamos uma das energias elétricas mais caras do mundo. É um dos maiores pesos no custo de produção – aponta Erik Camarano, presidente do Movimento Brasil Competitivo.

A maior parte da queda na tarifa anunciada para 2013 deveria vir da redução no valor pago a geradoras e transmissoras, que em troca renovariam antecipadamente seus contratos por 30 anos, sem licitação. A tarifa de geração cairia até 73% para usinas que já recuperaram o investimento.

Em Minas Gerais, a Cemig, que reúne três concessionárias, já indicou que não irá aderir. As paulistas Cesp e Cteep ameaçam não antecipar a renovação. No Estado, a CEEE, que estima redução na receita de 60%, tenta renegociar o valor oferecido. Na Eletrobras, maior estatal do setor, gerou irritação



ADRIANO PIRES
Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIIE)

A probabilidade de as empresas não aderirem é grande.

entre investidores a pressa para fixar o prazo de renovação, sem que a medida provisória 579, que prorroga as concessões e reduz os encargos, tenha sido aprovada pelo Congresso.

– A maneira como o governo agiu foi intempestiva, deixando brechas para contestações jurídicas e de quebra de contrato – avalia Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil.

Como as empresas ameaçam ir à Justiça, há risco de que o governo não obtenha a economia esperada com essa medida. Embora ministros tenham garantido a redução na tarifa, pode ser necessário encontrar outra fórmula para garantir o efeito. Uma opção seria o aumento de aportes do Tesouro Nacional a fundos do setor.

– Usar dinheiro do Tesouro seria um absurdo, pois quem estaria contribuindo seria o próprio consumidor – critica Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIIE).

O plano B, na opinião de especialistas, deveria envolver outras medidas, como a extinção do PIS-Cofins para o setor, que aliviaria o preço da conta de luz em 8% a 9,5% – pouco mais da metade do prometido.

joana.colussi@zerohora.com.br

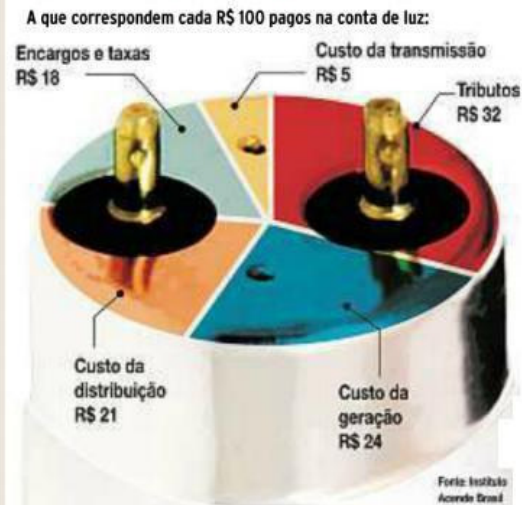
Queda de receita provoca resistência

A resistência das concessionárias de energia em renovar os contratos decorre da previsão de queda de receita a partir da medida do governo. A MP 579 prevê que transmissoras e geradoras tenham direito a indenização pelos ativos não amortizados – investimentos feitos que ainda não deram retorno equivalente ao gasto realizado. Mas o valor da indenização ficou abaixo do esperado: R\$ 20 bilhões no total. Só a Eletrobras pretendia receber em torno de R\$ 30 bilhões, mas a indenização não deve passar de R\$ 14 bilhões.

– Seguramente, a renda que as geradoras terão até 2015 ou 2017, mantendo os contratos atuais, será maior do que se aderirem à MP – afirma Jorge Trinkenreich, diretor da PSR Consultoria.

Conforme o consultor, uma das saídas seria buscar uma solução intermediária, alterando a MP e oferecendo alguma vantagem adicional às concessionárias. No Congresso, ao menos 390 emendas ao projeto foram protocoladas por deputados. Entre outros, há pedidos de ajustes dos prazos de adesão ao pacote.

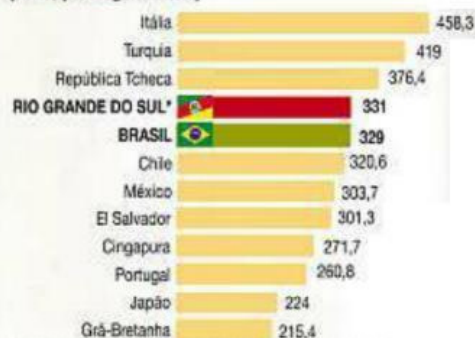
A composição da fatura no Brasil



COMPARE OS CUSTOS NO MUNDO

Na indústria

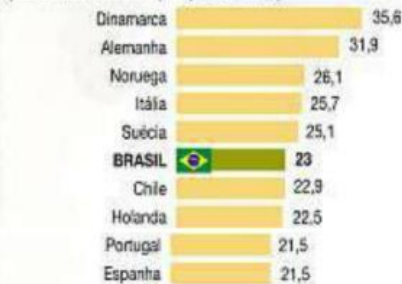
(em R\$ por megawatt hora)



*Custo médio, que varia conforme horário e perfil de consumo e distribuidora – cada uma tem preços diferentes.

Nas residências

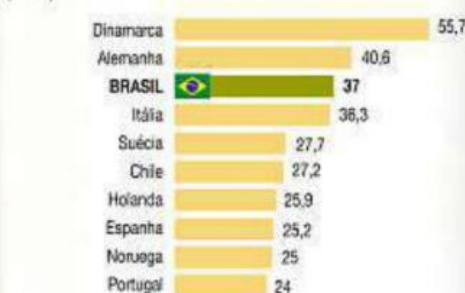
(em centavos de dólar por quilowatt hora)



Fonte: Fijian, com dados de Aneel (2011) e da Agência Internacional de Energia (2011)

Peso dos tributos e encargos na tarifa residencial

(em %)



Fonte: Abrades, com dados de Enerdata, FMI e Eurostat

Descontentes com indenizações, empresas podem não aderir à renovação de concessões do governo

Principal instrumento do Planalto para garantir redução de 16,2% na conta de luz das residências e de até 28% nas indústrias, a renovação das concessões no setor elétrico é incerta. A duas semanas do fim do prazo, as concessionárias resistem a perdas que permitiriam a diminuição da tarifa, ameaçando o cumprimento da promessa da presidente Dilma Rousseff de baixar o custo da eletricidade.

Para o governo, o corte é estratégico: só a queda de 16% nas tarifas residenciais reduziria 1,2 ponto percentual na inflação - crucial para absorver o reajuste de combustíveis exigido pela Petrobras. Na indústria, baixaria o custo de produtos finais e elevaria a competitividade.

- Pagamos uma das energias elétricas mais caras do mundo. É um dos maiores pesos no custo de produção - aponta Erik Camarano, presidente do Movimento Brasil Competitivo.

A maior parte da queda na tarifa anunciada para 2013 deveria vir da redução no valor pago a geradoras e transmissoras, que em troca renovariam antecipadamente seus contratos por 30 anos, sem licitação. A tarifa de geração cairia até 73% para usinas que já recuperaram o investimento.

Em Minas Gerais, a Cemig, que reúne três concessionárias, já indicou que não irá aderir. As paulistas Cesp e Cteep ameaçam não antecipar a renovação. No Estado, a CEEE, que estima redução na receita de 60%, tenta renegociar o valor oferecido. Na Eletrobras, maior estatal do setor, gerou irritação entre investidores a pressa para fixar o prazo de renovação, sem que a medida provisória 579, que prorroga as concessões e reduz os encargos, tenha sido aprovada pelo Congresso.

- A maneira como o governo agiu foi intempestiva, deixando brechas para contestações jurídicas e de quebra de contrato - avalia **Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil**.

Como as empresas ameaçam ir à Justiça, há risco de que o governo não obtenha a economia esperada com essa medida. Embora ministros tenham garantido a redução na tarifa, pode ser necessário encontrar outra fórmula para garantir o efeito. Uma opção seria o aumento de aportes do Tesouro Nacional a fundos do setor.

- Usar dinheiro do Tesouro seria um absurdo, pois quem estaria contribuindo seria o próprio consumidor - critica Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

O plano B, na opinião de especialistas, deveria envolver outras medidas, como a extinção do PIS-Cofins para o setor, que aliviaria o preço da conta de luz em 8% a 9,5% - pouco mais da metade do prometido.

joana.colussi@zerohora.com.br / JOANA COLUSSI